

Portal da CUT

Redução da jornada de trabalho deve ser analisada no Senado antes da Copa

25/02/2014

Até economias famosas pelo baixo custo da mão de obra, como China e Indonésia, adotaram as 40 horas preconizadas pela OIT. No Brasil, assunto está na pauta do Senado desde 2005

Escrito por: Agência Senado

Em algum momento, o Congresso brasileiro vai ter de enfrentar com afinco o debate sobre a redução da atual jornada de trabalho de 44 horas semanais. Bandeira da maioria das centrais sindicais de trabalhadores, a medida alinharia o País a uma tendência mundial. Até economias famosas pelo custo barato da mão de obra, como China e Indonésia, adotaram as 40 horas recomendadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na convenção de 1935.

O assunto está posto na pauta do Senado desde 2005, quando Paulo Paim (PT-RS) sugeriu a criação do Pacto Empresarial do Pleno Emprego (Pepe), apoiado em experiência bem-sucedida de uma empresa no Paraná. A proposta deve avançar neste semestre na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relatório, de Walter Pinheiro (PT-BA), é favorável ao projeto (PLS 254/2005), porém com mudanças. O senador substituiu as 36 horas propostas por Paim pela jornada de 40 horas.

Será um debate complicado, especialmente em uma conjuntura econômica adversa, com inflação, juros e câmbio em alta, investimentos privados em queda e necessidade de ajuste nos gastos públicos, entre outras dificuldades que se acentuam em ano de eleições e Copa do Mundo. Pinheiro disse ao Jornal do Senado que vai manter o texto do parecer e reconhece que irá enfrentar a resistência de boa parte dos senadores.

No entanto, o país não terá como escapar da discussão de políticas que enfrentem o desemprego crescente. Pelas estimativas da OIT, serão mais de 215 milhões de pessoas desempregadas até 2018 no mundo, com um acréscimo de mais de 13 milhões em relação a 2013.

O pior é que, como ocorre no Brasil, a taxa de desemprego entre jovens continua subindo, engrossando a informalidade e agravando os problemas sociais.

O relatório Tendências Mundiais de Emprego 2014, da OIT, calcula que cerca de 74,5 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estão desempregados. Isso representa taxa de 13,1%, praticamente o dobro da média do desemprego mundial. As oportunidades são piores no Oriente Médio e norte da África. Essas regiões continuam acusando o desemprego mais elevado do mundo e provocando mais migrações, principalmente para a Europa. Outro dado alarmante é que o tempo que as pessoas permanecem desempregadas aumentou. Com a crise econômica europeia, os desempregados em países como Espanha e Grécia demoram agora o dobro do tempo para arrumar colocação. Cerca de 23 milhões de pessoas abandonaram o mercado no ano passado. Os especialistas mostram que não há uma relação direta entre a redução da jornada e a criação de novos postos.

No Brasil, com os pesados encargos trabalhistas, os empresários preferem recorrer a horas extras que contratar novos empregados, segundo o consultor do Senado Marcello Cassiano da Silva. Esse comportamento indica, na avaliação dele, que é necessário rediscutir os encargos da atividade produtiva, como os trabalhistas e os tributários.

35 horas - Na França, país que adotou há 13 anos a jornada de 35 horas, as cinco confederações sindicais de trabalhadores concordam que o ordenamento jurídico deve estabelecer patamar mínimo e uniforme de proteção social. E admitem, segundo especialistas, ser necessário processos de negociação que permitam adaptar os acordos às condições particulares dos diversos setores empresariais, aceitando inclusive arranjos mais individualizados.

O pacto proposto por Paim não é compulsório. A adesão das empresas é voluntária por um período de cinco anos. O prazo vale também para os contratos com carga horária reduzida. Isso funcionaria como um tempo de experiência para avaliar os resultados sobre a produtividade da empresa, que ao final poderá ou não retornar à antiga jornada.

No substitutivo, Pinheiro propõe compensações às empresas, como reduzir as alíquotas de contribuições ao Sistema S (como Sesi e Sesc), as contribuições para o salário-educação e aquelas para financiar o seguro de acidente do trabalho.

Experiência de empresa do Paraná - A faxineira confidenciou ao patrão que havia contratado uma empregada doméstica, a quem pagava com parte dos R\$ 700 em bônus obtido por atingir metas na academia de ginástica custeada pela empresa. É mais fácil imaginar essa história em empresas norte-americanas, europeias ou nórdicas. Mas aconteceu no Paraná.

— A faxineira ganha R\$ 1.200 por mês, mas pode obter o bônus se alcançar os resultados do programa, com orientações na área nutricional, palestras e controle de peso. Ela gerou emprego e

veio me contar satisfeita — disse o empresário Francisco Simeão, considerado o primeiro a adotar jornada reduzida de 36 horas semanais no setor industrial.

A experiência inspirou o projeto de Paim, que reduz das atuais 44 horas para 36 horas. Quando a BS Colway Pneus encurtou a jornada, em 2000, o que poderia aparentar riscos mostrou-se ótimo investimento. A produtividade aumentou tanto, lembra Simeão, que os fornecedores italianos do maquinário vieram ao Brasil para conferir os números. Os empregos na BS Colway quadruplicaram em cinco anos, chegando a 1.200. Os salários de 8 horas diárias eram pagos para turno de 6 horas. Os funcionários foram estimulados a fazer condicionamento físico, estudar, trazer filhos e esposa para revisão dentária periódica, entre outros itens do pacote de qualidade de vida.

— Tudo isso não é gasto, é investimento — reforça Simeão, que é primeiro-suplente do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A iniciativa despertou tanta atenção que o professor Carlos Ilton Cleto dedicou à BS Colway parte de tese de doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Cleto registra que é difícil isolar o efeito da jornada reduzida dos outros benefícios. O incremento na produtividade chegou a 37%, suficiente para pagar os custos, dar descontos a clientes e aumentar os lucros.

Embora a BS Colway tenha encerrado as atividades após queda de braço com as grandes indústrias de pneus e com o Ministério do Meio Ambiente, a jornada reduzida e o programa de qualidade de vida acabaram seguidos pela importadora de pneus administrada pelos filhos do empresário. Só que agora não são mais de mil empregos.

— Infelizmente a importadora só emprega 120 funcionários — lamenta Simeão, que aos 66 anos preside a Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip).

Luta dos trabalhadores resultou em menor duração da jornada

Tempos Modernos, o genial filme do britânico Charles Chaplin, lançado em 1936, tornou-se ícone para retratar a exploração do trabalho imposta pela Revolução Industrial. Chaplin, no papel principal, eternizou a figura do operário que não consegue parar de repetir os movimentos mecânicos da atividade na fábrica. É considerado até hoje um libelo contra as jornadas extenuantes e as péssimas condições de trabalho nas indústrias da época.

A história mostra que, no final do século 18, com a duração frequente de 18 horas diárias, eram comuns mutilações e mortes de operários que desmaiavam ou dormiam sobre as máquinas. É difícil imaginar que na Inglaterra medieval o tempo de trabalho fosse menor do que nos primórdios do capitalismo. No entanto, foi o que ocorreu. O primeiro documento que disciplinou a jornada data de 1349, quando a peste negra dizimou quase 25% da população europeia. Os artesãos e os trabalhadores agrícolas ingleses iniciavam o trabalho às 5h e encerravam entre 19h e 20h na época mais quente, de março a setembro. No inverno, terminavam no início da noite. Eram jornadas de 12 a 13 horas.

Mesmo inferior às jornadas impostas pela Revolução Industrial, relatos da época contestam durações tão longas, atestando 10 horas diárias em média para homens adultos, com exceção dos domingos, registra o economista Paulo Sérgio Fracalanza na tese de doutorado na Unicamp Redução do Tempo de Trabalho: uma solução para o problema do desemprego?. Quase quatro séculos depois, os empregados ainda eram obrigados a trabalhar 12 horas diárias. Como não havia fiscalização organizada, esse limite legal não era cumprido.

A pressão dos movimentos de trabalhadores ingleses por melhores condições de vida resultou em cinco leis após 1802. Mas só a Lei Fabril de 1833 vingou. Definiu jornada normal de trabalho entre 5h30 e 20h30, com intervalos.

Trajetória francesa -Uma das experiências mais estudadas pelos acadêmicos brasileiros é a da França, que adotou em 2000 a chamada Lei das 35 Horas. Ela substituiu a exigência legal de 39 horas semanais.

Um texto legal de importância na França data de 1841 e só era aplicado a fábricas com mais de 20 trabalhadores. Voltado a reduzir a concorrência predatória entre indústrias têxteis, não obteve êxito. Os meios para fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas só começaram a ser constituídos a partir de 1874.

É bom lembrar que a referência até o século 19 era a jornada diária. A trajetória nesse período não foi regular, com avanços e retrocessos. Porém, foi muito melhor do que o ocorrido na época da Revolução Francesa, quando os empregadores ganharam plenos poderes para determinar a duração do tempo de trabalho, em 1791, com a Lei Le Chapelier.

Só no início do século 20 os trabalhadores franceses conquistaram a redução para 10 horas diárias, e mesmo assim pequenas empresas e trabalhos em domicílio ultrapassavam as 12 horas. Em 1919, a jornada máxima foi fixada em 8 horas diárias e 48 horas semanais.

Em 1936, com o objetivo de abrir novos postos de trabalho, o governo de coalizão de partidos de esquerda baixou a jornada para 40 horas semanais e instituiu duas semanas de férias pagas por ano. Foi a primeira vez que se reconheceu o direito ao lazer para o trabalhador. Nessa

época, os franceses já podiam se aposentar aos 65 anos, benefício instituído em 1910. As férias de quatro semanas foram estabelecidas em 1969.

Mais tarde, os benefícios foram ampliados no governo Mitterrand, em 1982, com férias de cinco semanas, aposentadoria aos 60 anos e jornada reduzida para 39 horas semanais. Vários setores interpretaram esses resultados como um fracasso político, registra Fracalanza. A expectativa de redução do desemprego foi frustrada, comprovando, na visão de muitos economistas, que os efeitos da redução da jornada exigem tempo para se manifestarem e não há correlação direta, dependendo da conjuntura econômica e das especificidades do setor.

Porém, os trabalhadores franceses, de modo geral, são solidários. Pesquisa do Institut National de la Statistique et des Études Économiques, de 1995, revelou que muitos deles estão dispostos a reduzir a jornada e os salários se a medida representar manutenção ou ampliação do número de empregos onde trabalham.

Reportagem especial publicada pelo Jornal do Senado, nesta terça-feira (25)

Integra da reportagem e infográficos no link abaixo

<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/02/25/reducao-da-jornada-dos-trabalhadores-deve-ser-analisada-no-senado-neste-semester>

Portal da CUT

Pressão dos trabalhadores obriga Comgás a pagar terceirizados

25/02/2014

Após manifestação que fechou acesso à empresa, diretoria aceitou dialogar; pagamentos começaram na própria segunda-feira (24)

Escrito por: Henri Chevalier - CUT Nacional

Os trabalhadores da Amir Engenharia e Automação conseguiram, nesta segunda-feira (25), fazer com que a Comgás realizasse o pagamento dos salários e benefícios atrasados pela empresa terceirizada. Os diretores da Amir haviam sumido sem arcar com as responsabilidades trabalhistas e, segundo a Súmula 331 do TST, nesses casos a responsabilidade cabe à tomadora de serviços.

Os 141 funcionários receberão de forma escalonada e o primeiro grupo, de 40 pessoas, recebeu adiantamento de R\$1500 reais na própria segunda. "Os trabalhadores estão felizes com a vitória. Muitos estavam com dificuldades financeiras graves e a situação agora tende a melhorar", afirma o presidente do Sindgasista, Sidney Batista.

Segundo o presidente, a vitória é fruto da intensa mobilização realizada na manhã desta segunda, em frente ao prédio da companhia, no Brás, em SP. "A mobilização surtiu efeito e a Comgás assumiu o compromisso de arcar com as dívidas da terceirizada junto aos trabalhadores prejudicados por ela. O pagamento será escalonado e R\$60 mil já foram depositados nas contas de 40 trabalhadores na própria segunda-feira. Todos serão pagos ao decorrer da semana. Mas, ainda assim, há empecilhos. A empresa diz que não tem dinheiro para pagar a homologação e nos obriga a entrar na justiça.", avisa o sindicalista.

Na tarde de ontem, o sindicato também entrou com ação no Ministério Público reivindicando ações efetivas por parte da empresa. A primeira audiência ainda não tem data para acontecer.

Portal da CUT

Químicos do ABC promovem debate sobre sustentabilidade com federação química francesa

25/02/2014

Política Energética, mudanças climáticas e exploração do gás de xisto estão entre os temas que serão abordados na atividade

Escrito por: Sindicato dos Químicos do ABC

O Sindicato dos Químicos do ABC realiza nos próximos dias 26 e 27 de fevereiro, em Santo André, o Seminário Internacional Estratégia Sindical Comparada sobre Desenvolvimento Sustentável com participação de três dirigentes sindicais da Federação de Química e Energia da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT-CE). O objetivo da atividade é conhecer e comparar os conceitos e as estratégias de ação sindical no Brasil e na França para o desenvolvimento sustentável, com foco em política energética, mudanças climáticas e exploração do gás de xisto.

O primeiro dia do Seminário, 26/2, é destinado à troca de informações sobre as respectivas categorias químicas (do ABC e da França) e a estrutura e funcionamento das entidades sindicais.

No dia 27/2, a programação se inicia com a discussão sobre a visão de sustentabilidade na indústria química de ambas as entidades; explanação dos representantes da CFDT-CE sobre política energética e mudanças climáticas, seguida pela apresentação do tema "A exploração do Gás de Xisto como ameaça aos recursos hídricos no Brasil", pelo coordenador da Rede Guarani/Serra Geral Luiz Fernando Scheibe, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A Federação francesa será representada pelo Secretário Geral da entidade, Jean-François Renucci e pelos diretores Dominique Bousquenaud e Joana Kerly.

O Seminário acontece na sede do Sindicato dos Químicos do ABC em Santo André: av. Lino Jardim, 401 – Vila Bastos.

Portal da CTB

Metalúrgicos de Jaguariúna propõem Seminário Nacional sobre Medicina do Trabalho

Dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Jaguariúna e Região se reuniram, na manhã desta terça-feira (25), com o presidente da CTB, Adilson Araújo. O encontro ocorreu na sede da Central Sindical em São Paulo.

Os sindicalistas reivindicaram que a Central dê maior ênfase na questão da representatividade dos trabalhadores nas Comissões Tripartite (CTPP) – da qual participam representantes do governo, das empresas e dos trabalhadores - que estudam as alterações das Normas Regulamentadoras (NRs), que orientam trabalhadores e empregadores, em relação à segurança e medicina do trabalho.

“Até hoje as reuniões não tiveram a orientação de especialistas do trabalho”, disse o secretário de Saúde do SindMetal Jaguariúna, Tiago Maestro de Souza, que representa os trabalhadores na CTPP.

Segundo os dirigentes, sem o direcionamento correto, eles não têm argumentos para contrapor o debate em relação às mudanças das normas para que não prejudiquem o trabalhador.

“Precisamos fazer um trabalho conjunto com a CTB”, declarou o presidente da entidade, José Francisco (Buiu) ele disse ainda que a ideia é organizar um seminário nacional para mostrar a importância dos trabalhadores nas e proporcionar maior fundamentação nas questões técnicas durante os debates.

Os dirigentes também propuseram que após a realização do seminário, sejam realizadas comissões dentro dos sindicatos. Também participaram da reunião o diretor de segurança, Eduardo Martins, e o assessor sindical, Carlito Rodrigues.

Portal CTB

Diap, 26/02/14

Vicentinho deixa relatoria do PL sobre organização sindical dos servidores públicos

O deputado Vicentinho (PT/SP) devolveu para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), o Projeto de Lei (PL) 5.261, de 2013, que regulamenta a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambas de 1978, sobre as relações de trabalho na Administração Pública, definindo diretrizes para a organização sindical dos servidores públicos.

Desta forma, a matéria deverá ser redistribuída para a um novo relator. Possivelmente, o novo presidente da CTASP, deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG), é quem fará a nova distribuição do projeto.

Portal da Força Sindical

Ensino técnico federal cresce 110% em três anos e atinge 550 mil matrículas

As matrículas em cursos técnicos de nível médio na rede federal registram expansão de 110% nos primeiros três anos do governo da presidente Dilma Rousseff. As vagas abertas passaram de 263,4 mil em 2010 para 553,2 mil no ano passado.

Os números sobre a oferta de educação profissional no Brasil serão apresentados hoje pelo Ministério da Educação (MEC) dentro do anúncio da edição 2013 do Censo Escolar da Educação Básica.

O crescimento das matrículas nos institutos técnicos de educação profissional e tecnológica decorreu da expansão iniciada em 2005, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do foco da atual administração no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que contabiliza desde 2011 quase 6 milhões de vagas criadas em várias modalidades de cursos profissionalizantes nos sistemas público e privado.

O Centro-Oeste se destacou no mapeamento do ensino técnico federal no país. No ano passado foram registradas 49,5 mil matrículas na região contra 26 mil no primeiro mandato de Dilma, um crescimento de 90%. Nos três anos, Goiás mais que duplicou as vagas, passando de 10,7 mil para 22,9 mil. No Distrito Federal, a expansão das matrículas foi de 210% no período, passando de 2,1 mil para 6,6 mil.

A atividade econômica aquecida - em função do agronegócio - e uma base pequena de escolas técnicas explicam o avanço mais forte da oferta de vagas na rede federal do Centro-Oeste.

Beneficiado por melhor infraestrutura e ampliações de escolas já existentes, o Sudeste teve o segundo melhor desempenho na criação de vagas. A oferta na região subiu 49% entre 2011 e 2013, totalizando 167,5 mil matrículas. "O Estado de Minas Gerais destaca-se com 95,2 mil matrículas em cursos técnicos por possuir o maior número de campi em funcionamento", explicou a área técnica do MEC.

No Nordeste, as vagas passaram de 121,7 mil em 2011 para 174,1 mil em 2013, expansão de 43%. Na região Norte, as matrículas cresceram quase 35% no período, enquanto a variação no Sul ficou abaixo de 20%.

O MEC informou ao Valor que pretende chegar ao fim de 2014 com 618,9 mil matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica - crescimento de 12% sobre o total de vagas no ano passado. Essa meta representa desaceleração em relação ao ritmo de crescimento verificado nos últimos três anos.

De acordo com dados oficiais, entre 2011 e 2013 o governo federal inaugurou 116 institutos técnicos de educação profissional e tecnológica. A expectativa para este ano é que sejam abertas 92 escolas. Dessa vez, o alvo é o Nordeste, onde está prevista a inauguração de 38 unidades. Outras 20 estão planejadas para o Sudeste e 12 para o Sul. As regiões Norte e Centro-Oeste esperam 11 escolas cada.

Os cursos profissionalizantes superiores (que formam tecnólogos) registraram 194,8 mil matrículas em 2013, número que representa alta de 26% sobre as 154,7 mil vagas verificadas em 2011 nas instituições vinculadas ao governo federal. Já a oferta federal de cursos profissionalizantes de curta duração (FIC) cresceu apenas 1,3% no período, para 78,7 mil vagas.

Portal da Força Sindical

Combate aos acidentes e doenças ocupacionais no setor de bebidas é tema de encontro nacional

Entidade representante dos 144 mil trabalhadores do setor no Brasil afirma que lucros durante a Copa não serão obtidos à custa da saúde dos profissionais do setor. Campanha nacional foi lançada em São Paulo na última quinta

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA Afins) lançou na última quinta (20/2), a Campanha Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais no Setor de Bebidas e a pesquisa Perfil dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do Brasil. Na ocasião, cerca de 50 dirigentes de federações e sindicatos de trabalhadores do setor registraram denúncias e discutiram alternativas para prevenção e combate aos acidentes e doenças no ambiente de trabalho. A elaboração de uma norma regulamentadora específica para o setor foi uma das principais reivindicações dos trabalhadores, que serão encaminhadas para as empresas nos próximos dias. Entre 2010 e 2012, foram registrados 16.848 acidentes no setor, com 42 mortes no mesmo período.

Segundo os participantes do encontro, realizado em São Paulo, empresas como a Ambev (presente em 13 países e dona das marcas Antarctica, Bohemia, Brahma, Skol, Gatorade, Guaraná Antarctica, Pepsi, Sukita, entre outras) e Femsa (presente em 9 países e dona das marcas Coca-Cola, Fanta, Sprite, Nestea, Powerade, entre outras), têm desrespeitado direitos básicos do trabalhador e contribuído com a incidência de acidentes e doenças ocupacionais por falta de prevenção e más condições de trabalho. Algumas das principais reclamações registradas por dirigentes de todo o país foram o excesso de jornada de trabalho, exposição dos trabalhadores a poeiras e agentes químicos, falta de pagamento de horas extras e grande incidência de lesões por esforço repetitivo e assédio moral. Entre a maioria das queixas relacionadas aos acidentes de trabalho estão situações que envolvem cortes, quedas, queimaduras, intoxicação, esmagamentos e traumas psicológicos.

De acordo com o presidente da CNTA Afins, Artur Bueno de Camargo, manifestações, paralisações e até mesmo uma campanha nacional e internacional de boicote às empresas que não tomarem providências em relação à prevenção e à redução aos acidentes de trabalho não estão descartadas pelos trabalhadores. A entidade irá oficializar as preocupações da categoria junto ao governo e às empresas (através da Confederação Nacional da Indústria) na tentativa de discutir a possibilidade de criação de uma norma regulamentadora específica para o setor e também intensificar as fiscalizações nos Estados e municípios. Trabalhadores também aprofundarão a discussão do tema no Judiciário e junto às entidades de trabalhadores de outros países, com o propósito de criar uma organização internacional focada para trabalhos conjuntos no setor para atuar com a coordenação da União Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (UITA).

"Até junho pretendemos estar com todo esse processo em funcionamento. E, por outro lado, se não houver nenhuma receptividade por parte dos empresários e do governo, nós poderemos

buscar outros caminhos, como, por exemplo, o boicote ao produto das empresas que não apresentarem vontade de buscar soluções na prevenção de acidentes e doenças. Também poderemos fazer um movimento de paralisação nacional do setor de bebidas. Esperamos que não seja necessário buscarmos esse caminho e esperamos também que tanto os empresários quanto o governo tenham bom senso e nos atendam para buscarmos alternativas.”, defende Bueno.

Números alarmantes

O Brasil possui atualmente 144 mil trabalhadores no setor de bebidas, sendo São Paulo o principal Estado em número de trabalhadores, com 33 mil; seguido por Rio de Janeiro (15 mil) e Pernambuco (11 mil). A exemplo do trabalho realizado pela CNTA Afins no setor frigorífico, entre 2004 e 2014, que resultou na recente conquista da Norma Regulamentadora nº 36 (NR36/2013), a entidade quer discutir melhorias para o setor de bebidas e combater o alto número de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

De acordo com dados do Ministério da Previdência Social (MPAS), entre 2010 e 2012, foram registrados 16.848 acidentes no setor, com 42 mortes no mesmo período. Já o número de auxílios-doença acidentários concedidos entre 2010 e 2012 foi de 928. Só em 2013, entre janeiro e outubro, 316 trabalhadores do setor receberam o benefício.

Apesar da redução do número de acidentes e de óbitos no setor, a média anual ainda é considerada alarmante pela CNTA Afins. Em 2010, 6.144 acidentes foram registrados (com 17 mortes). Em 2011, esse número foi de 5.634 acidentes (e 14 mortes), contra 5.070 acidentes e 11 mortes em 2012. A maioria dos acidentes são registrados durante a fabricação de refrigerantes e de cervejas.

Impactos

Para Artur Bueno de Camargo, as pressões e cobranças pelo cumprimento de metas devem aumentar durante a Copa do Mundo, principalmente por empresas patrocinadoras do torneio mundial, como a Ambev, que representa cerca de 32 mil trabalhadores brasileiros no setor.

“Não podemos mais tolerar acidentes e a meta tem que ser zero. Não importa se a empresa tenha um ou 3 mil trabalhadores. O acidente de trabalho não interessa a ninguém. E para o governo e a sociedade muito menos porque a partir do momento em que um trabalhador se afasta por acidente, doença ou invalidez, quem vai pagar a conta é a sociedade.”, avalia o presidente da CNTA Afins.

Mais informações:

Trabalhadores da Ambev elaboram pauta nacional de reivindicação

<http://www.cntaafins.org.br/trabalhadores-da-ambev-elaboram-pauta-nacional-de-reivindicacao>

Dieese divulga estudo sobre a AMBEV / AB Inbev

<http://www.cntaafins.org.br/dieese-divulga-estudo-sobre-a-ambev-ab-inbev>

Avisos de pauta enviados:

Brasil: Trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho no setor de bebidas

<http://www.cntaafins.org.br/brasil-trabalhadores-reivindicam-melhores-condicoes-de-trabalho-no-setor-de-bebidas>

Trabalhadores da Ambev farão encontro nacional por melhores condições de trabalho

<http://www.cntaafins.org.br/trabalhadores-da-ambev-farao-encontro-nacional-por-melhores-condicoes-de-trabalho>

Portal Gestão Sindical

Funcionários dos Correios decidem continuar greve em Petrolina, PE

25/02/2014 por G1

Cerca de 60 funcionários dos Correios em Petrolina, PE, continuam em greve

Após 26 dias de greve, os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) continuam sem realizar suas atividades em Petrolina, no Sertão pernambucano, e em várias cidades do Brasil. Uma audiência foi realizada na segunda-feira (24), no Ministério Público do Trabalho em Brasília, mas não houve acordo entre a empresa e a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect). Uma decisão do caso caberá agora ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Petrolina, Antônio Lira, relata que cresceu a quantidade de cartas no Centro de Distribuição dos Correios da cidade, mas os trabalhadores só devem voltar ao serviço após o julgamento no TST. "Cerca de 60 pessoas vão continuar em greve em Petrolina. Pelo visto, até passar o período do Carnaval, pois a previsão de realização do julgamento será após a festa", enfatiza.

A assessoria de comunicação dos Correios encaminhou uma nota informando que a proposta do subprocurador geral do Trabalho, José Neto da Silva, era que os trabalhadores retornassem ao trabalho e a empresa se comprometeria a negociar a metade dos dias parados.

Com a recusa da proposta pela federação, os Correios reiteraram que nenhuma alteração será feita nos benefícios do plano Correios Saúde. Desta forma, o ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, anunciou que o processo será julgado pela Seção de Dissídios Coletivos do TST, em uma data que será agendada após o carnaval.

Portal Mundo Sindical

TST reduz multa do Sintraturb pela greve de 2012 e exclui a dos patronais

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reduziu o valor da multa do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano, Rodoviário, Turismo, Fretamento e Escolar de Passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis (Sintraturb) para R\$ 50 mil. O valor inicial era de R\$ 500 mil e, posteriormente, havia sido reduzido para R\$ 100 mil. O órgão também excluiu a multa dos sindicatos patronais. Divulgada nesta segunda-feira (24), a decisão do TST foi publicada na sexta (21).

As penas foram aplicadas em 2012 pelo Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC), durante a greve do transporte coletivo na capital catarinense. A decisão foi publicada em novembro do ano passado, mas só agora foram julgados os embargos de declaração. Cabe recurso da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF). O Sintraturb informou que não havia sido notificada até as 19h30 desta segunda (24).

Por não manterem frota mínima quando ocorreu a paralisação, os desembargadores do TRT-SC haviam condenado os sindicatos ao pagamento de multa no valor de R\$ 500 mil, metade para o profissional e metade para os patronais. O valor deveria ser convertido em condução gratuita dos usuários.

A multa, de R\$ 100 mil, foi multiplicada por cinco porque se desdobrava em determinações específicas: garantia de prestação dos serviços; manutenção da frota e número suficiente de trabalhadores; garantia das condições de segurança; convocação nominal de empregados ao trabalho e comprovação do atendimento da ordem judicial. Mas os ministros entenderam que seriam ordens acessórias e, por isso, o valor deve ser considerado apenas por uma obrigação não cumprida.

Alegando que a determinação de manutenção de 100% da frota nos horários de pico impede o exercício do direito de greve, o Sintraturb, em seu recurso, argumentou que "ordem ilegal não se cumpre". Porém, os ministros reafirmaram a decisão do Regional, de que deveriam ser usados os meios legais próprios para isso.

"A postura do sindicato de não impugnar a medida de urgência e simplesmente resistir ao seu cumprimento, por dela discordar, torna inequívoco o acerto da decisão mediante a qual se reconheceu pela hipótese de efetiva incidência da multa", diz o acórdão do TST.

A ordem judicial, segundo os ministros do TST, tem como efetivo destinatário o sindicato profissional, já que as empresas não querem parar o trabalho. Considerando que não consta no processo prova de que tenha havido lockout, eles entenderam que não há responsabilidade por parte do Setpesc e do Setuf, sendo indevida a multa.

O TRT informou ainda que não foi analisada a legalidade ou não do movimento grevista porque, na época, as partes aceitaram a proposta de acordo apresentada na audiência de conciliação conduzida pelo desembargador Garibaldi Pereira Ferreira, inclusive com o pagamento integral dos dias parados.

Fonte: G1 - 25/02/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato pede que supersalários sejam pagos em 24h

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) apresentou nesta segunda-feira, 24, petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) em que pede para que os supersalários do Senado sejam pagos em 24 horas.

A medida ocorre após o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), recorrer na última quinta-feira, 20, da decisão do ministro Marco Aurélio Mello, do STF, que determinou às Casas do Congresso que voltassem a pagar salários superiores a R\$ 29,4 mil, que é o teto do funcionalismo público. Logo após tomar conhecimento da decisão, Renan Calheiros classificou como "absurda a liminar expedida pelo ministro Marco Aurélio Mello.

Para o sindicato, entretanto, o recurso interposto pela Mesa do Senado Federal é "manifestamente incabível". Na peça protocolada nesta segunda-feira, a entidade requer "a determinação de que a liminar seja efetiva e imediatamente cumprida pela Mesa Diretora do Senado

Federal, no prazo máximo de 24 horas, com o imediato retorno das verbas cortadas sem o contraditório; e a expedição de mandado de prisão em desfavor da autoridade coatora".

Ao contrário do entendimento do Senado, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), após reunião com a cúpula da Casa na semana passada decidiu que a partir deste mês os valores que ultrapassam o teto constitucional fossem pagos aos servidores.

Em outubro do ano passado, a Câmara e o Senado acataram uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e oficializaram o corte dos salários de 1,8 mil funcionários que excediam o limite. Na liminar concedida no último dia 15, o ministro Marco Aurélio Mello não trata do mérito do pagamento, mas alega que nem a Câmara nem o Senado ouviram a manifestação da defesa dos servidores.

Fonte: Erich Decat/Estadão - 25/02/2014

Portal Mundo Sindical

Professores estaduais paralisam atividades no dia 19 de março em Londrina

Os professores da rede estadual de ensino em Londrina farão três dias seguidos de protestos – um deles de total paralisação das atividades. A decisão foi tomada em assembleia da APP-Sindicato, em Curitiba, no último sábado (22). A categoria retoma a campanha salarial 2014 e aproveita para cobrar inúmeros benefícios em atraso aos profissionais, como o reajuste do piso nacional e implementação dos 33% da hora-atividade.

O presidente da APP-Sindicato em Londrina, Antônio Carlos Gonçalves, destacou nesta segunda-feira (24) que embora os trabalhadores no Estado não tenham aceitado a proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) para greve de três dias, a categoria seguir continuar mobilizada.

Nos dias 17 e 18 serão realizados atos de cobrança ao Estado e no dia 19 do próximo mês será feito um protesto em Curitiba, com ônibus em caravana sentido ao Centro Cívico. Também entra em negociação os projetos de lei que regulamentam a saúde do funcionalismo. O primeiro deles é a proposta do Instituto Paranaense de Saúde (IPESaúde), que substituiria o atual Sistema de Assistência à Saúde (SAS), e o segundo da criação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores da Administração Pública do Estado.

Os professores, segundo o presidente da APP-Sindicato em Londrina, deverão continuar com a realização da hora-atividade, pelo menos em um dia da semana. Os alunos são dispensados uma hora antes do fechamento da aula, no quinto período, para a organização dos docentes. A próxima assembleia da categoria ocorre no dia 29 de março.

"Na verdade a nossa pauta completa hoje tem mais de 50 itens de cobrança. Com a campanha salarial, a gente elege alguns pontos que abrangem todas os profissionais", destacou Gonçalves.

Fonte: Juliana Leite/O Diário - 25/02/2014

Portal Mundo Sindical

PE: metroviários entrarão em greve a partir do dia 1º

O Sindicato dos Metroviários de Pernambuco protocolou no final da tarde desta segunda-feira um documento oficial dirigido à superintendência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) comunicando a realização de uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 1º de março.

De acordo com o comunicado, os metroviários reiteram a disposição em negociar com a empresa sobre pontos pendentes das negociações do ano passado com relação à melhoria da assistência médico odontológica, revisão do plano de cargos da categoria e uma solução definitiva para o problema da falta de segurança no metrô do Recife.

O documento ainda informa que a paralisação foi decidida em assembléia geral no último dia 20 de fevereiro e que a categoria tem nova assembléia na próxima quinta-feira. Segundo o presidente do sindicato, Diogo Moraes, "os metroviários querem uma saída negociada para o impasse, mas a CBTU insiste em não cumprir o que prometeu aos trabalhadores".

Fonte: Terra - 25/02/2014

Portal Mundo Sindical

Greve continua: reunião entre rodoviários e sindicato acaba sem acordo em BH

A greve dos rodoviários em Belo Horizonte continua nesta terça-feira (25). A reunião de conciliação, na tarde desta segunda-feira (24) na sede do MPT (Ministério Público do Trabalho), terminou sem acordo entre sindicatos que representam os trabalhadores de BH, Contagem e Betim e o Sintram (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano).

O sindicato patronal preferiu aguardar a reunião que já estava agendada para terça-feira no Tribunal Regional do Trabalho, às 16h30, para discutir os pontos exigidos pelos trabalhadores, que

querem reajuste salarial de 21,5%, jornadas de seis horas de trabalho, piso para motoristas do BRT Move 30% acima do valor pago a motoristas de linhas comuns e ticket alimentação de R\$ 15.

Segundo o MPT, o presidente do Sintram, Rubens Lessa Carvalho, informou que as negociações com a categoria profissional estão avançadas, restando pendentes apenas quatro aspectos: salário, ticket, acertador e jornada.

— A demanda relativa à jornada é impossível de ser atendida, já que implicaria em custo imediato de 12% para as empresas.

Escala mínima

Apesar da liminar que obriga o funcionamento de 70% da frota nos horários de pico, a população só contou com o serviço mínimo neste primeiro dia de greve. Segundo balanço da BHTrans, 430 mil usuários não foram atendidos até as 12h. As estações Barreiro, Diamante, Venda Nova e Vilarinho não funcionaram. Apenas a Estação São Gabriel operou com 71,7% da capacidade.

O procurador do Trabalho que presidiu a audiência, Helder Santos Amorim, alertou sobre os riscos de uma greve ilegal e ressaltou que a decisão judicial sobre a escala mínima deve ser cumprida.

— A mediação é uma modalidade de atuação do MPT que tem como pré-requisito o expresse desejo das partes em aceitá-la, e por objetivo auxiliá-las em busca de um entendimento, sempre respeitando os direitos das partes envolvidas e da população usuária do serviço.

Fonte: Enzo Menezes/R7 - 25/02/2014

Portal da CUT

Ditadura tentou esconder militantes enterrados como indigentes em Perus

25/02/2014

Administrador do cemitério Dom Bosco, em São Paulo, estranhou falta de registros, mas foi orientado a nunca falar no assunto

Escrito por: Rede Brasil Atual

O ex-administrador do cemitério Dom Bosco (em Perus, zona noroeste da capital paulista) Antônio Pires Eustáquio afirmou nesta segunda-feira (24), em audiência pública das comissões estadual e nacional da verdade, na Assembleia Legislativa de São Paulo, que foi orientado a não falar sobre indigentes e não mostrar a ninguém os registros de sepultamento do local. Isso teria ocorrido no início dos anos 1980, durante reunião com toda a administração de cemitérios da cidade de São Paulo.

Os gestores públicos temiam que familiares de vítimas comessem a procurar por militantes dados como desaparecidos durante a ditadura (1964-1985). Segundo Eustáquio, estava reunida toda a diretoria do departamento de cemitérios da capital. "Orientaram a gente que não desse entrevista, não mostrasse os registros, não mostrasse o local. Nem desse os livros de registro nas mãos de ninguém. Me foi pedido que não desse muito alarde ou que falasse muito sobre indigentes sepultados naquela época", contou.

Ele disse ainda que recebeu ameaças por ter se engajado no auxílio às famílias que buscavam militantes desaparecidos durante a ditadura. "Eles ligavam no cemitério, mandavam recado pelos funcionários. Não sei quem era. A (ex-prefeita) Luiza Erundina garantiu minha segurança. Eu morava bem na frente do cemitério, tinha filhos pequenos. Fomos para longe", relatou.

Eustáquio administrou o cemitério entre 1976 e 1992. "Os funcionários mais antigos tinham medo de falar no assunto. Mas ouvi algumas coisas sobre o período em que os chamados terroristas eram trazidos para o Dom Bosco."

Segundo os relatos, não havia separação onde eram sepultados os militantes assassinados e os indigentes de verdade. "As quadras I e II da gleba I foram os primeiros lugares destinados para enterro de indigentes", disse.

Não havia uma vala comum. Eram enterrados normalmente como indigentes. O que mudava era a forma como os corpos chegavam. Não em caminhões com cinco ou seis corpos, mas um por um. "Quando chegavam essas pessoas que chamavam de terroristas, vinha de forma diferente. Vinha um só. Acompanhado de militares, de carros oficiais. Fechavam o local e só podia entrar no cemitério depois que fossem enterrados. Isso é relato de funcionários da época", descreveu.

De acordo com Eustáquio, os militantes vinham descritos em condições mínimas em uma certidão de óbito. O número do documento vinha gravado na perna ou outro membro da pessoa, com 'canetão' azul. "Alguns indigentes vinham com uma grande letra T em vermelho, no topo da página, que depois soube ser de terrorista. Registrávamos isso no livro de sepultamentos e a certidão ia para o arquivo", relatou o ex-administrador.

“Eu não sabia que eram terroristas. Só depois em contatos com familiares e com a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Vala de Perus é que fiquei sabendo que a marcação no documento era de terrorista. Não havia nada diferente neles, além da letra T”, completou.

Eustáquio percebeu outro problema com a documentação do cemitério, que acabou chamando a atenção dele para a existência de uma vala oculta. “Eu descobri a vala porque meu levantamento dos livros de sepultados comuns demonstrou que havia exumados e reenterrados. No livro de indigente constava só a exumação. Não havia reenterro ou destinação.”

“Comecei a perguntar, mas ninguém queria falar. Eles tinham muito medo, porque ali estavam terroristas. Depois de muito tempo, fora do ambiente de trabalho, em uma pescaria com o Pedro Batista, operador da retroescavadeira, ele me conta que os ossos dos terroristas estavam numa vala perto do barranco, fora da área de sepultamentos.” Batista ainda está vivo e deve ser procurado pela comissão.

Decidido a encontrá-la, Eustáquio pegou uma sonda utilizada para procurar restos mortais ou construções enterradas e fez sondagens no solo. “Eu descobri que havia algo ali. Mas não mexi porque podia ser violação.”

Gilberto Carvalho Molina, irmão do militante desaparecido Flávio Carvalho Molina, do Movimento de Libertação Popular (Molipo), procurou por Eustáquio nos início dos anos 1980, em busca de informações. “Eu descobri que o irmão dele estava na vala, de acordo com o registro. Ele perguntou se podia mexer e eu disse que ele precisava de autorização. Ele conseguiu uma e nós abrimos coisa de um metro. Descobrimos os sacos de plástico destinados a ossos. Retiramos alguns e não tinha identificação. Ele tentou continuar, mas não foi autorizado”, contou.

A vala tinha 30 metros de comprimento, por três de profundidade e 30 centímetros de largura. Todas as ossadas dos indigentes haviam sido colocadas ali, então não era possível saber quem era quem. Junto com elas foram as dos militantes assassinados. E esse era o motivo de não haver registro nas documentações de exumação dos ossos.

A então prefeita Luiza Erundina (1989-1992) mandou abrir a vala e catalogar as ossadas. Ela selecionou a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a equipe do perito Badan Palhares para analisar o local. “Já na saída da vala recebia uma identificação e era colocada no salão de velórios, onde não tinha velórios. A Unicamp criou uma espécie de laboratório ao lado da administração para fazer as identificações. Era tudo filmado e catalogado. Ia para um saco de pano e ganhava uma nova etiqueta de identificação”, disse Eustáquio.

As ossadas foram enviadas à Unicamp, onde permaneceram durante quase 20 anos. Depois foram levadas de volta a São Paulo, para o ossário do cemitério do Araçá, que foi atacado em 3 de novembro do ano passado, logo após um ato interreligioso do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça.

Eustáquio não soube dizer quantos dos registros de sepultamento continham a letra T, que identificava os militantes. E afirmou que os registros para arquivo eram encaminhados a uma sede da administração de cemitérios, no viaduto Dona Paulina, região central da cidade. Ele disse também não ter detalhes sobre os administradores anteriores a ele. O cemitério Dom Bosco foi inaugurado em 3 de março de 1971, quando Paulo Maluf era prefeito nomeado da capital. Segundo Eustáquio, era um local muito usado para enterros de indigentes.

“Fui o terceiro administrador. Só sei o primeiro nome dos outros. Guilhermano foi o primeiro. Rubens foi o segundo. Este tinha qualquer ligação com o João Brasil Vitta (ex-vereador e prefeito interino de São Paulo) e o Maluf. Me disseram que houve divergências políticas e ele saiu. Eu administrava o cemitério da Consolação e fui mandado para lá”, concluiu.

Organizado por Ernesto Germano